

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

ANTÔNIO MOREL DE PAIVA NETO

POIANI LEONARDO BARCELOS

**O IMPACTO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE HOMENS CISGÊNERO GAYS**

Pouso Alegre - MG

2024

ANTÔNIO MOREL DE PAIVA NETO
POIANI LEONARDO BARCELOS

**O IMPACTO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE HOMENS CISGÊNERO GAYS**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia, da Faculdade de Ciências da Saúde “Dr. José Garcia Coutinho”, da Universidade do Vale do Sapucaí como requisito parcial para aprovação no curso de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rezeck

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica Elaborada pela Biblioteca

Paiva Neto, Antônio Morel de
Barcelos, Poiani Leonardo

O Impacto da Masculinidade Hegemônica na Construção da
Identidade de Homens Cisgênero Gay/Antônio Morel de Paiva Neto e
Poiani Leonardo Barcelos – Pouso Alegre: Universidade do Vale do
Sapucaí, 2024.

40f. 8il.

Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia – Universidade do
Vale do Sapucaí, 2024.

Orientador: Dr. Fábio Rezeck

1. Masculinidades 2. Homens 3. LGBTQIAPN+ 4. Identidade
II. O Impacto da Masculinidade Hegemônica na Construção da
Identidade de Homens Cisgênero Gay

CDD –

ANTÔNIO MOREL DE PAIVA NETO
POIANI LEONARDO BARCELOS

**O IMPACTO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE HOMENS CISCÊNERO GAYS**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia, da Faculdade de Ciências da Saúde “Dr. José Garcia Coutinho”, da Universidade do Vale do Sapucaí como requisito parcial para aprovação no curso de Bacharel em Psicologia.

APROVADA EM: 06/11/2024

BANCA EXAMINADORA:



Documento assinado digitalmente
FABIO REZECK
Data: 22/11/2024 11:14:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rezek

Universidade do Vale do Sapucaí



Documento assinado digitalmente
LUCAS NAVAROLI RIBEIRO SILVA
Data: 25/11/2024 14:20:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador: Prof. Me. Lucas Navaroli Ribeiro Silva

Universidade do Vale do Sapucaí



Documento assinado digitalmente
VICTOR HUGO SAMPAIO ALVES
Data: 25/11/2024 17:11:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador: Prof. Dr. Victor Hugo Sampaio Alves

Universidade do Vale do Sapucaí

Dedicamos este trabalho à Professora Dra. Camila Claudiano que nos apresentou os estudos sobre masculinidades desde nosso primeiro ano de graduação o que fez nossos olhos brilharem com o tema. Também dedicamos a todos os homens gays que lutam, sobrevivem e resistem as adversidades de vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu amigo/irmão Poiani Barcelos, sem você eu não conseguiria chegar até o final da graduação e muito menos escrever um TCC, muito obrigado pela sua amizade, companheirismo, ensinamentos de vida, pelos puxões de orelha, pelo amor e carinho que desenvolvemos em tão pouco tempo. Algo que considero muito importante é a família e você já faz parte dela, conte comigo sempre!

Agradeço aos meus pais Irajá e Naida pelo apoio, ajuda e amor que demonstraram por mim nesses anos. Mesmo estando em outra cidade vocês sempre estiveram presentes nesse momento tão importante da minha vida. Amo muito vocês dois e esse trabalho também é fruto do meu amor e carinho por vocês!

Minha família de Pouso Alegre em especial Tia Miryan, Tio Lázaro (*in memoriam*), Tatiane, Maria Teresa, Sandra e Tony, vocês me acolheram em sua casa e cuidaram de mim para que eu pudesse estudar e hoje estar me tornando psicólogo, não tenho palavras para descrever o quanto sou grato por tudo que fizeram por mim. Amo vocês!

A minha família de Belo Horizonte em especial minhas Tias, Raquel, Sandra e Solange vocês me apoiaram mesmo antes de toda mudança de cidade, muito obrigado por tudo, vocês são exemplos de pessoas e profissionais que sigo com muito carinho, amo muito vocês!

Aos meus amigos Brena, Andressa, Sthefanie, Giovanni, Isabelle, Nicollas, Alice, Brenda, vocês foram e serão alicerces para sempre na minha vida, sem o apoio e amor de vocês não sei até onde eu iria conseguir caminhar sozinho, muito obrigado por tudo, amo a todos!

Um agradecimento especial também as “Psico Pocs” minha base de risadas e conversas aleatórias que me fez feliz em momentos caóticos da faculdade, amo vocês meninos!

Agradeço aos professores que me orientaram durante os cinco anos de graduação e em especial meu professor orientador Fábio Rezeck, muito obrigado pela empolgação e orientações que foram cruciais para a elaboração desse projeto e também aos professores Lucas Navaroli e Victor Hugo Sampaio por fazerem parte da nossa banca.

Por fim, obrigado a todos que de alguma forma cruzaram meu caminho durante esses cinco anos e que me ajudaram de alguma maneira, gratidão!

Antônio Morel de Paiva Neto

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus por me permitir realizar esse sonho e principalmente por presentear-me com uma amizade sincera e verdadeira, onde encontrei apoio, companheirismo, cumplicidade, amor e forças para lutar. Muito obrigado Antônio Morel, por tornar essa trajetória leve, prazerosa, divertida e especial, sem você meu amigo não sei se teria conseguido chegar até aqui.

À minha mãe Nena, agradeço por todas as orações e pelo seu amor incondicional dedicado a mim. Aos meus irmãos Lilian e Diego, meus sobrinhos Layra, Wesley, Elisa e Luiza e meus cunhados Johnatas e Roseane, agradeço pelo apoio e por não medirem esforços em me ajudar, sem vocês nada disto seria possível. Só tem uma palavra que define todo amor e admiração que sinto por vocês, GRATIDÃO!

Quero agradecer especialmente o professor Fábio Rezek por nos orientar com maestria e aos professores Lucas Navaroli e Victor Hugo Sampaio por terem aceitado participar da nossa banca. A todos professores e supervisores que contribuíram grandemente para o meu crescimento profissional, transmitindo a mim não somente teorias, mas também a ética, a dedicação e o amor no que se faz: muito obrigado! Conviver com vocês tornou essa experiência mais leve, alegre, gratificante!

Por fim gostaria de agradecer aos meus amigos Brena, Brenda, Anderson, Isabelle, Lucas, Andressa, Giovanni, Sthefanie e Mirella, obrigado por estarem ao meu lado, me levantando nos momentos de fraqueza, me fazendo rir nos momentos de tristeza, poder contar com amizade de vocês foi fundamental nessa jornada.

Poiani Leonardo Barcelos

*"Homossexuais aprendem a mentir antes
mesmo de aprender a amar."*

*Tom à la Ferme,
Xavier Dolan, 2013.*

RESUMO

O presente trabalho busca compreender e analisar como homens cisgêneros gays percebem a relação com seus próprios corpos, desejos, medos, anseios e processos de subjetivação. A pesquisa tem enfoque qualitativo conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, com objetivo de identificar, analisar e integrar informações relevantes para fundamentar a discussão teórica e o desenvolvimento do estudo. O universo da masculinidade é, frequentemente, marcado pelo silêncio, especialmente no campo emocional, o que leva muitos homens a se fecharem e esconderem suas feridas mais profundas. Esse silenciamento afeta de maneira ainda mais intensa os homens cisgêneros gays, uma vez que, em diversos contextos, a masculinidade tradicional está associada a atributos como vigor, valentia e autonomia. A formação de identidades masculinas está diretamente relacionada às regras sociais e culturais que determinam o que significa "ser homem" em diferentes contextos. A pressão para atender tanto às expectativas heterossexuais quanto às normas de gênero mais tradicionais pode resultar em um processo de identidade fragmentada, no qual o indivíduo sente que não pode ser "suficientemente homem" ou "suficientemente gay", o que contribui para altos níveis de estresse psicológico. Este projeto tem como premissa abordar o ser humano em sua integralidade, contemplando aspectos psicológicos, sintomas físicos, espiritualidade e cultura.

Palavras-Chave: Masculinidades, Homens, LGBTQIAPN+, Gênero, Identidade

ABSTRACT

The present study seeks to understand and analyze how cisgender gay men perceive their relationships with their own bodies, desires, fears, aspirations, and subjectivation processes. The research adopts a qualitative approach, conducted through a bibliographic review, with the objective of identifying, analyzing, and integrating relevant information to support the theoretical discussion and development of the study. The realm of masculinity is often marked by silence, especially in the emotional sphere, leading many men to withdraw and conceal their deepest wounds. This silencing has an even greater impact on cisgender gay men, as traditional masculinity in various contexts is associated with attributes such as vigor, bravery, and autonomy. The formation of male identities is directly linked to social and cultural norms that define what it means to "be a man" in different settings. The pressure to meet both heterosexual expectations and more traditional gender norms can result in a fragmented identity process, where individuals feel they cannot be "man enough" or "gay enough," contributing to high levels of psychological stress. This project is based on the premise of addressing the human being in their entirety, encompassing psychological aspects, physical symptoms, spirituality, and culture.

.

Keywords: Masculinities, Men, LGBTQIAPN+, Gender, Identity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação de Khnumhotep e Niankhkhnum em sua tumba	21
Figura 2 - Dr. Walter J. Freeman exibindo sua técnica de lobotomia.....	23
Figura 3 - Constituição Francesa de 1791.....	24
Figura 4 - Fachada do bar Stonewall Inn em 1969	25
Figura 5 - Policiais cercando os arredores bar na fatídica noite de 1969	26
Figura 6 - “Stonewall significa revidar! Esmaguem a opressão aos gays!”.....	27
Figura 7 - Jornal Luta Democrática, Rio de Janeiro setembro 1983.....	28
Figura 8 - Jornal da década de 80, exibido no documentário a história do HIV e da AIDS no Brasil.....	28

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. METODOLOGIA	16
3 ECCE HOMO	17
3.1 Masculinidades	17
3.2 Homofobia	21
3.3 Construção de Identidade	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre masculinidade ainda pode ser considerado um grande tabu na sociedade atual, mas sua trajetória é ampla e intrínseca, uma vez que o entendimento sobre o tema tem se transformado ao longo dos anos e varia de acordo com a cultura. Segundo os estudos de Cecchetto (2004), a masculinidade é forjada na construção histórica e social, além de ser influenciada pelas posições atribuídas ao masculino em seu papel na sociedade.

Esse contexto faz com que as pesquisas de Butler (2018), sobre a teoria queer, ganhem relevância no campo dos estudos sobre masculinidade. Em seus estudos, Butler identifica que as noções de gênero, que os seres humanos aprendem, estão vinculadas a aprendizados socioculturais. Isso significa que as definições de masculinidade e feminilidade são construtos ideológicos e políticos.

Essa perspectiva indica que a humanidade adota um olhar essencialmente cultural, mas que tenta “naturalizar” as questões de gênero e sexualidade. A sociedade e a cultura heteronormativa direcionam as definições sobre o que é ser homem ou mulher, limitando outras manifestações de gênero. Essas reflexões nos fazem pensar sobre como a masculinidade era concebida em diferentes sociedades ao longo do tempo e como a homossexualidade era vista nesse contexto sócio-histórico.

No 2º Congresso Nacional Online Sobre Diversidade Sexual e Gênero (CONADS), William Bryan (2019), em seu estudo "A Origem da Homofobia", traça um panorama histórico sobre antigas civilizações e suas relações com masculinidade e homossexualidade. Na Grécia Antiga (1.100 – 146 a.C.), a masculinidade estava fortemente associada à noção de virtude e destaque, como evidenciado pelos ideais heroicos de coragem e habilidades esportivas.

Para os gregos, a homossexualidade era uma instituição social que fazia parte da educação, da arte, da política e da religião. Relações afetivas e amorosas entre pessoas do mesmo sexo eram práticas comuns, aceitas pelas leis, pela opinião pública e por diversas instituições, sendo culturalmente valorizadas, inclusive pela literatura. Naquela época, não havia uma linha de demarcação clara que direcionasse os desejos sexuais; as religiões judaico-cristãs ainda não tinham influência e não havia mídia para julgar comportamentos. A sociedade baseava-se, principalmente, no apetite implantado pela natureza nos corações daqueles considerados belos (Bryan, 2019).

Na sociedade romana da Antiguidade (753 a.C. – 476 d.C.), a masculinidade era associada à força, bravura militar e à autoridade paterna. A virilidade masculina nunca foi discutida com tanta ênfase na história da civilização como na Roma Antiga. Os romanos se viam como dominadores agressivos, acreditando que, ao exercer esse papel, proporcionavam prazer aos seus parceiros submissos. Observa-se que a sociedade atual ainda carrega traços dessa masculinidade agressiva e dominadora (Bryan, 2019).

Na Idade Média europeia, a masculinidade era comumente ligada à cavalaria e à proteção da honra. Já no período da Renascença, o conceito de masculinidade se relacionava à cultura clássica e à educação humanista. Nesse período, a visão sobre a homossexualidade começou a mudar, com o crescimento gradual de uma moral homofóbica, resultado de uma pregação religiosa contínua que condenava o amor e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Essa mudança favoreceu a sacralização da união heterossexual, processo que se consolidou na Idade Média, quando a Igreja iniciou sua longa campanha de estigmatização de valores culturais (Bryan, 2019).

Desde então, apenas as uniões heterossexuais foram reconhecidas pela Igreja e consideradas válidas. O sexo passou a ser estritamente vinculado ao sagrado, sendo moralmente aceitável somente dentro do casamento e com o propósito de procriação. Isso ocorria, em parte, devido à necessidade de ocupação territorial e à reposição da população, uma vez que, na época, a expectativa de vida era de apenas 30 anos. O matrimônio foi então visto como o "remédio divino" para preservar o homem da luxúria, associada ao sexo por prazer (Oliveira, 2015).

Com a interferência da Igreja, a prática da homossexualidade não deixou de existir, mas passou a ocorrer discretamente, sobretudo em mosteiros e acampamentos militares, para evitar a condenação pelo Estado. Em determinado momento, a homossexualidade chegou a ser considerada o maior dos crimes, sendo vista como algo pior até mesmo que o incesto entre mãe e filho (Oliveira, 2015).

Nos séculos XVIII e XIX, com o advento da Revolução Industrial e as transformações sociais, econômicas e políticas, surgiram novas concepções sobre a masculinidade. Os homens passaram a ter a responsabilidade de garantir o sustento da família, destacando-se a figura do "provedor". A revisão dos conceitos de masculinidade ocorreu ao longo do século XX, especialmente após as guerras mundiais, quando alguns grupos culturais começaram a contestar as ideias tradicionais de masculinidade e a explorar novas formas de expressão masculina (Oliveira, 2015).

Diante disso, surge a dúvida: onde está o sujeito em meio a tantas regulações e prescrições? Quando e onde é possível, de fato, desejar, amar e existir, considerando as inúmeras normas e restrições que ditam como devemos ser? O conceito de masculinidades sugere a compreensão de que existem múltiplas formas de ser e existir como homem, mulher ou outras identidades de gênero, algo que deve ser vivenciado de maneira pessoal. Pensar sobre masculinidades é questionar a relação dos homens com seus próprios corpos, outros corpos, seus desejos, medos, anseios e processos de subjetivação. Isso implica problematizar o que é convencionalmente entendido como masculino, ampliando o olhar sobre gênero e sexualidade para além das normas estabelecidas, levando em conta o que é preferido e selecionado por cada indivíduo como sujeito singular (Oliveira, 2015).

A discussão sobre gênero teve início a partir da segunda metade do século XX. Durante esse período, em meio a muitas discussões sobre a problematização da identidade masculina heterossexual, foi formulado o conceito de masculinidade hegemônica. Os estudos e pesquisas sobre a perspectiva masculina, gênero e hierarquia social tiveram um impacto significativo. Esse conceito permitiu uma conexão entre o campo em expansão dos estudos sobre homens (também conhecidos como estudos de masculinidade), as ansiedades populares em torno dos homens e meninos, a perspectiva feminista sobre o sistema patriarcal e os modelos sociais de gênero. Ele foi aplicado em áreas específicas que vão desde a educação e o trabalho antiviolença até a saúde e o aconselhamento (Oliveira, 2015).

A ideia de masculinidade hegemônica foi apresentada inicialmente em relatórios de uma pesquisa de campo sobre desigualdade social nas instituições de ensino australianas (Kessler et al., 1982), em uma discussão conceitual sobre a construção das masculinidades e a vivência dos corpos masculinos, e em debates sobre o papel dos homens na política sindical australiana. O projeto nas instituições de ensino forneceu evidências empíricas de diversas hierarquias – de gênero e de classe – que estão interligadas com projetos ativos de construção do gênero (Connell et al., 1982).

A masculinidade hegemônica se destacou em relação a outras masculinidades, especialmente as masculinidades subordinadas. No entanto, o conceito de masculinidade hegemônica não se tornou "normal" em um sentido estatístico; apenas uma minoria de homens talvez a adote, contudo, ela é normativa. A masculinidade hegemônica incorpora a forma mais valorizada de ser homem, exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima, ideologicamente, a subordinação total das mulheres aos homens (Connell, 2016).

Para Collinson e Hearn (1994), o conceito de masculinidade é nebuloso, incerto em seu significado, e tende a minimizar questões de poder e dominação. Segundo eles, é fundamentalmente desnecessário para a compreensão e contestação do poder exercido pelos homens. Por outro lado, Petersen (2003) argumenta que o conceito de masculinidade é falho, pois essencializa o caráter dos homens ou impõe uma unidade falsa a uma realidade dinâmica e contraditória.

Partindo dessas percepções, as masculinidades estão presentes na vida de todos os seres humanos, sejam elas positivas ou negativas, e são influenciadas por fatores socioculturais. No cotidiano de homens cisgêneros gays, as masculinidades podem exercer diversas influências, desde a construção de sua identidade até as relações com outras pessoas na sociedade. Este estudo busca compreender essas influências, além de fornecer subsídios para outros pesquisadores da área e potencialmente influenciar políticas públicas de conscientização sobre o tema, trazendo benefícios não apenas para homens cisgêneros gays, mas também para a sociedade em geral.

Este trabalho apresentará reflexões sobre como a sociedade gera sofrimento por meio da normatização entre os homens, estabelecendo padrões de masculinidade, especialmente em relação aos homens cisgêneros gays. Por definição, homens cisgêneros gays são aqueles que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento e sentem atração afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo gênero. No tópico 2.1, serão abordadas as masculinidades, explorando a trajetória histórica da masculinidade e como ela foi moldada pela imposição de padrões criados pelas sociedades ao longo dos séculos. No tópico seguinte, será apresentado o contexto histórico da homossexualidade, mostrando como ela passou de uma prática aceita em antigas civilizações para uma das mais julgadas e condenadas na sociedade moderna. Em seguida, discutiremos como os conceitos de masculinidade e a prática da homofobia afetam a construção da identidade dos homens cisgêneros gays. O trabalho será finalizado com uma discussão correlacionando as temáticas dos três capítulos apresentados, seguida de possíveis intervenções para amenizar o sofrimento causado a esses homens.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de enfoque qualitativo. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, que consiste na análise e síntese de materiais previamente publicados sobre o tema em questão. O objetivo da revisão bibliográfica é identificar, analisar e integrar informações relevantes para fundamentar a discussão teórica e o desenvolvimento do estudo.

Primeiramente, foi realizada uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas, como Web of Science, Google Acadêmico e SciELO, utilizando palavras-chave relacionadas ao tema, como "Masculinidades", "Homens", "LGBTQIAPN+", "Gays" e "Identidade". O critério de inclusão para os artigos selecionados considerou publicações em periódicos revisados por pares, livros acadêmicos e capítulos de livros publicados no período de 2018 a 2024, escritos em português, inglês e espanhol.

Os artigos foram avaliados com base na relevância para o tema da pesquisa, na qualidade metodológica e na contribuição teórica. A análise dos textos selecionados foi realizada por meio de uma leitura crítica, com foco nos principais conceitos, teorias, métodos de pesquisa e resultados apresentados. Em seguida, os dados foram organizados em categorias temáticas para facilitar a síntese e a discussão. Por fim, os resultados da revisão foram sintetizados e discutidos à luz do referencial teórico adotado, com o intuito de construir uma compreensão abrangente e crítica sobre o tema estudado.

3 ECCE HOMO

3.1 Masculinidades

Este capítulo tem como objetivo analisar o complexo conceito e as várias formas de masculinidade, bem como as estruturas e normas sociais e suas consequências para o bem-estar dos homens e da sociedade. A masculinidade refere-se a um conjunto de comportamentos, atitudes e papéis socialmente construídos, que são associados ao que se espera de um "homem" em determinada cultura. Um conjunto de atribuições ao homem, como comportamentos e ações, pode ser considerado uma característica de masculinidade, e essas características são influenciadas ao longo do tempo por fatores históricos e culturais (Connell, 2016).

A masculinidade tem como característica inerente sua formação social, sendo o resultado de normas culturais e sociais. Desde cedo, os meninos são ensinados a adotar atitudes e comportamentos considerados apropriados para seus gêneros. Essa socialização ocorre em diferentes ambientes, como na escola, em casa, nos grupos de pares, entre outros (Kimmel, 2008). No que diz respeito à masculinidade, Oliveira (2015) afirma que ela é um espaço estrutural e simbólico que molda atitudes, comportamentos e emoções. Quando os homens atendem a esses critérios, eles não apenas são aceitos como homens, mas também não são questionados por outros homens que seguem os mesmos padrões.

As pesquisas de Butler (2018) sobre a teoria queer são de grande relevância na área dos estudos de masculinidade. Sua investigação revela que os conceitos de gênero que aprendemos estão profundamente ligados a experiências socioculturais, o que implica que as definições de masculinidade e feminilidade são construtos ideológicos e políticos. Isso significa que as pessoas adotam uma visão culturalmente determinada sobre questões de gênero e sexualidade. Assim, somos criados de acordo com as normas heteronormativas estabelecidas pela sociedade e cultura, que definem o que é ser homem ou mulher, sem considerar outras formas de manifestação.

Embora não seja uma área nova, ainda são poucas as publicações que discutem esse tema sob uma perspectiva de gênero, influenciada pelo movimento feminista do pós-guerra (Oliveira, 2004). Portanto, entendemos que a masculinidade é um reflexo histórico e social das diferentes posições masculinas e de suas conquistas na sociedade (Cecchetto, 2004). Essa

perspectiva social está em sintonia com as pesquisas queer, especialmente a partir de Butler (2018), que argumentam que as noções de gênero são baseadas em aprendizados socioculturais, evidenciando que as definições de masculinidade e feminilidade são construções ideológicas e políticas, não sendo essenciais ou inerentes à natureza humana, mas que tenta-se naturalizar.

Em outras palavras, nos tornamos o que a sociedade define como homem e mulher devido a regras específicas que estabelecem os significados do que deve ser masculino e feminino. Estudiosos do campo da linguagem, gênero e sexualidade (Eckert; McConnell-Ginet, 2003) argumentam que essas construções começam desde os primeiros momentos de vida. As cores e brinquedos que nossos familiares escolhem para nossos quartos são os primeiros influenciadores e reguladores de gênero.

Além disso, é um processo de atribuição de significado subjetivo a elementos objetivos, como aponta Bourdieu (2010). O autor sustenta que a disseminação de visões subjetivas sobre características objetivas cria uma falsa divisão de todas as coisas entre homens e mulheres. Por exemplo, objetos frios e finos são vistos como femininos, enquanto objetos grossos e quentes são necessariamente masculinos.

Essas comparações se estendem e podem influenciar até mesmo nossas escolhas no campo do desejo. De acordo com Butler (2018), o desejo é compreendido dentro de um paradigma essencialmente heteronormativo, sem abertura para outras manifestações. Esse paradigma prescreve, por exemplo, que ser atraído por mulheres significa valorizar suavidade e gentileza; em contrapartida, gostar de homens significa valorizar virilidade e rigidez. Vale ressaltar que esse paradigma não se limita necessariamente às relações heterossexuais, uma vez que se refere a um binarismo que pode ser reproduzido em relações homossexuais. Isso ocorre porque as regulamentações e padronizações sobre o que significa ser homem ou mulher não desaparecem quando a lógica da heterossexualidade é substituída pela lógica da homossexualidade.

Como aponta Oliveira (2015), a ideia de masculinidade é formada por um processo socio-histórico que formula e reforça as características ‘essenciais’ do homem padrão. Esse homem busca manter as concepções tradicionais de gênero e sexualidade, percebendo a mulher e homens cisgênero gays como seres inferiores, ou seja, como o oposto da força e da potência masculina. Cecchetto (2004) destaca que essa construção é extremamente prejudicial, pois sustenta comportamentos violentos nas interações entre os indivíduos.

Atualmente, há uma grande discussão sobre a masculinidade tóxica e o impacto que essa concepção tradicional de masculinidade representa, não apenas para as mulheres, mas

também para a subjetividade dos homens. Afinal, o endurecimento de uma noção única e singular de masculinidade é orientado, como podemos observar a partir de Butler (2018), pelo aumento de performatividades de gênero que (re)produzem constantemente ideais de força, rigidez e poder.

As discussões sobre gênero levantaram preocupações a respeito da identidade masculina de homens heterossexuais, que são frequentemente descritos como competitivos, racionais e violentos, ou "homens de verdade". A chamada "masculinidade dominante" foi considerada um modelo ideal no pensamento ocidental, servindo como exemplo para todos. Aqueles que não se enquadram nesse padrão foram rotulados com termos pejorativos, como meio-homens, "macios", "mulheres pequenas" ou "frescos", termos que ainda circulam no vocabulário e imaginário público brasileiro, ganhando popularidade.

Esses "outros" nunca foram tão marginalizados como em nossa sociedade atual, onde, sob pressão social e cultural, são frequentemente forçados a negar sua própria identidade ou lutar por sua legitimidade, sendo alvo de desprezo e ridicularização. A história dos gays no Brasil é um exemplo perfeito dessa complexa experiência de identidades diversas, como descrito por João Silvério Trevisan (2018) em seu livro *Devassos no Paraíso*.

A cientista social australiana Raewyn Connell (2016) procurou expandir a abordagem de gênero, que havia sido amplamente discutida entre as décadas de 1950 e 1970. Alguns homens ainda afirmam ocupar uma posição de destaque nas sociedades ocidentais devido à legitimidade do sistema patriarcal, à marginalização das mulheres e à exclusão de outros homens que não se enquadram nos padrões hegemônicos.

Segundo Connell (2016, p. 96), "a masculinidade é um modelo de identidade de gênero que representa uma solução socialmente aceitável para o problema do patriarcado, reafirmando o poder dos homens e limitando a emancipação das mulheres". Características como poder, autoridade, competição, controle, proteção e tomada de decisões são alguns dos atributos que definem a masculinidade. A masculinidade dominante está vinculada a uma ideologia que favorece alguns homens enquanto discrimina aqueles que não se enquadram nesse molde hegemônico.

O conceito de masculinidade hegemônica foi inicialmente introduzido em relatórios de um estudo de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas (Kessler et al., 1982). Ele surgiu em uma discussão sobre a construção das masculinidades e a experiência vivida pelos corpos masculinos e também fez parte de um debate sobre a participação dos homens na política sindical australiana. O projeto escolar forneceu evidências empíricas de múltiplas

hierarquias — tanto de gênero quanto de classe — interligadas com iniciativas ativas para construir a identidade de gênero (Connell et al., 1982).

De acordo com Connell (2016), o conceito de masculinidade hegemônica criou uma conexão entre o campo em expansão dos estudos sobre homens (também chamados de estudos de masculinidade e estudos críticos sobre homens), as ansiedades comuns sobre homens e rapazes, as perspectivas feministas sobre o patriarcado e os modelos sociais de gênero. Esse conceito encontrou aplicações em diversas áreas, desde a educação e o trabalho contra a violência até a saúde e o aconselhamento.

A masculinidade hegemônica difere de outros tipos de masculinidade, especialmente das masculinidades que são percebidas como subordinadas. A masculinidade hegemônica não se define como uma norma estatística — ou seja, poucas pessoas podem efetivamente aderir a ela. No entanto, ela é tradicional e representa uma forma dominante de masculinidade, exigindo que todos os homens se posicionem em relação a ela, enquanto válida a ideia de que as mulheres devem se submeter aos homens (Connell; Messerschmidt, 2013). Neste contexto, homens e meninos desempenham um papel significativo na regulação do acesso à igualdade de gênero. "Uma questão estratégica é: eles estão dispostos a abrir as portas?" (Connell, 2016, p. 94). As masculinidades são normas socialmente elaboradas de comportamentos de gênero, formadas através de um processo histórico com abrangência global, com o objetivo de forçar os gêneros.

No cotidiano, encontram-se ferramentas que reforçam as divisões binárias de gênero, como, por exemplo, nos livros sobre a criação de meninos, analisados por Connell (2016) no sexto capítulo de sua obra *Gênero em termos reais*. Esses livros difundem narrativas baseadas em visões estereotipadas da masculinidade. O autor critica essas visões essencialistas e estereotipadas de forma significativa, destacando que nem todo homem é violento, machista, comete abusos ou possui um órgão sexual masculino. Muitos homens não personificam o sistema patriarcal machista, mas acabam se comportando dessa forma devido a fatores como mídia, educação, controle social, religião, entre outros, como discutido por Sartre (1970).

A ideia comum é que a heterossexualidade é algo natural, mas, na verdade, somos educados para sermos heterossexuais. Segundo Roudinesco e Plon (1998), Freud adota o conceito de bissexualidade como uma disposição psíquica inconsciente, própria de toda subjetividade humana, uma vez que ela se fundamenta na diferença sexual, o que leva cada pessoa a fazer uma escolha sexual, seja pelo recalque de um dos dois componentes da sexualidade (masculino e feminino); pela aceitação desses dois componentes; ou pela renegação da diferença sexual.

A heterossexualidade é considerada fundamental na formação da masculinidade. Contudo, existe uma diversidade de masculinidades, e o que é considerado "masculino" pode variar entre regiões, países e continentes. Neste contexto, Kersten (1998 apud Connell, 2016),

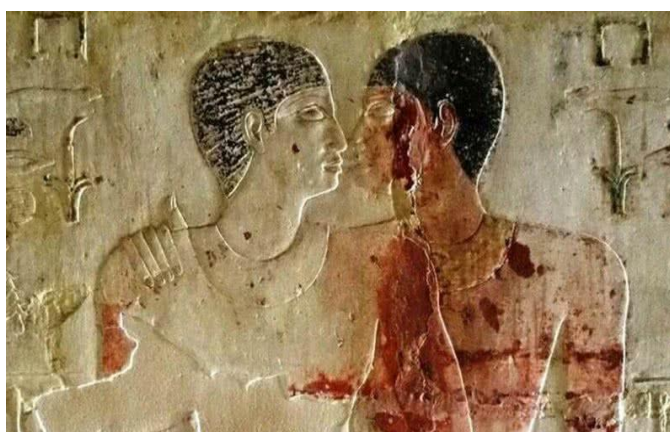
expõe uma subcultura no Japão, onde o estilo masculino se aproxima da transvestilidade. A ascensão de um estilo queer na vida urbana e nas casas noturnas de shows também desafia as rígidas divisões de gênero.

Não é necessário apegar-se desesperadamente à masculinidade hegemônica, dominante e heterocentrada. Não é preciso ter um corpo musculoso e forte, reprimir sentimentos e emoções, adotar grosseria e rigidez, desprezar o feminino ou ter nascido com um pênis para ser considerado homem. Reflita: ser homem é, simplesmente, aprender a ser. A biologia e a anatomia não definem nosso destino; ser quem somos é um caminho de aprendizado (Silva, 2023).

3.2 Homofobia

A homossexualidade tem registros históricos que remontam a Khnumhotep e Niankhnum, um casal egípcio que viveu por volta de 2.400 a.C. Eles são retratados em uma cena de beijo, como descrito por Johnson (2005). Este é um dos primeiros registros documentados de uma relação homossexual, evidenciando a presença de tais práticas em civilizações antigas.

Figura 1 - Representação de Khnumhotep e Niankhnum em sua tumba.



Fonte: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/khnumhotep-and-niankhkhnum-o-primeiro-casal-homossexual-da-historia.phtml>

A aproximação do rosto, a mão no ombro em forma de um abraço, os corpos colados, eram usados para representar a união de um casal em suas tumbas nessa época.

De acordo com Oppenheim (1964), por exemplo, na Babilônia ocorria a prostituição. Na China, durante a Dinastia Zhou (256-1050 a.C.), as relações homossexuais não estavam relacionadas ao amor romântico, mas podiam ser percebidas fora do casamento, com pessoas do mesmo sexo. Segundo Dover (1989), nas sociedades greco-romanas, o amor entre homens

era comum e consensual, fazendo parte da cultura e das tradições daquela época. Na verdade, a homossexualidade, na forma de pederastia organizada — uma relação entre um adulto e um jovem —, estava profundamente enraizada na cultura tradicional.

Nas famílias, quando um menino atingia a adolescência, era entregue a um homem mais velho, para que este o seduzisse. Acreditava-se que essa relação permitia que o jovem alcançasse a masculinidade, atingisse a maturidade e adquirisse os conhecimentos necessários à reprodução. Essa "transmissão de conhecimento" era feita por meio da relação sexual. O jovem só retornaria à sua família quando "se tornasse homem" e se afastasse da mãe, momento em que teria adquirido a sabedoria e a maturidade necessárias para se relacionar com mulheres (Dover, 1989).

A cultura grega da época (1.100–146 a.C.) seguiu os traços das tribos primitivas, mas com uma abordagem distinta. Para os gregos, a homossexualidade era uma instituição social que fazia parte da educação, arte, política e religião. Amar rapazes era uma prática comum e aceita pelas leis, pela opinião pública e por diversas instituições, sendo culturalmente valorizada e celebrada pela literatura (Dover, 1989).

Ao se compreender como funcionava o comportamento sexual nas primeiras civilizações, fica claro que a sociedade antiga seguia uma regra cultural de "pseudobissexualidade masculina", na qual um homem devia oferecer favores sexuais no papel de passivo, retomando a postura ativa apenas após atingir a maturidade, quando então serviria como tutor de um novo rapaz (Hinsch, 1990).

No entanto, foi na Idade Média (séculos V–XV d.C.) que tudo começou a mudar. Com o avanço do cristianismo a partir de 64 a.C., o poder greco-romano começou a desaparecer, e o mito (ou lenda) de Sodoma e Gomorra passou a ser frequentemente mencionado, especialmente nas religiões judaico-cristãs, tornando-se um dos principais fundamentos contra a homossexualidade. Nesse período, a Igreja iniciou um longo processo de destruição das normas culturais pré-existentes. Desde então, somente as uniões heterossexuais foram reconhecidas pela Igreja e consideradas válidas. O ato sexual tornou-se estritamente vinculado ao sagrado, sendo moralmente aceitável apenas quando realizado dentro do casamento e com o propósito de procriação (Boswell, 1980).

Foi a partir do século XIX, com o desenvolvimento do pensamento racional e o declínio da influência religiosa, que as pessoas começaram a enfatizar a racionalidade como uma condição natural do corpo humano, dissociada das crenças religiosas. Assim, as explicações religiosas deram lugar a explicações científicas e surgiu o conceito de "homossexualidade". Um dos primeiros registros disso pode ser encontrado nos escritos de Karolyi Benket, escritor austro-húngaro que criticou as leis que discriminavam pessoas por praticarem sexo com pessoas do mesmo sexo (Bileski, 2018). Nessa época, a homossexualidade deixou de ser vista como

crime e passou a ser reconhecida como uma "doença" a ser tratada, dando origem à ideia de "patologia" do comportamento homossexual. Essa visão foi amplamente aceita pela sociedade, uma vez que a heterossexualidade continuava a ser predominante (Foucault, 1978).

Durante esse período, a médica Karoli Maria Bankert cunhou o termo "homossexual", argumentando que os homossexuais não deveriam ser processados, mas sim "curados" de suas "doenças". Havia a preocupação de que a homossexualidade se espalhasse se não fosse devidamente reprimida, o que, por sua vez, intensificou a homofobia. Esse receio resultou na imposição de tratamentos desumanos às pessoas homossexuais, sem qualquer intervenção do Estado. Como exemplo, havia terapias de choque compulsivo, lobotomia e terapias por aversão (Krafft-Ebing, 1886). Até o final do século XX, pouco progresso foi feito em relação a essas práticas. Infelizmente, isso levou à morte de milhares de homens gays nos campos de concentração nazistas, junto com judeus e ciganos (Halperin, 1990).

Figura 2 - Dr. Walter J. Freeman exibindo sua técnica de lobotomia



Fonte: https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=1645

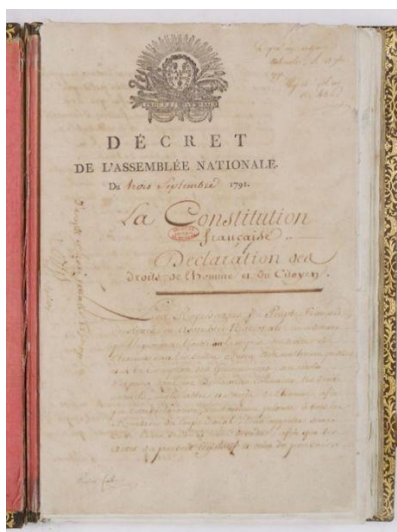
Lobotomia é uma técnica que consiste em separar parte frontal do cérebro do resto do órgão, um dos tipos tratamento usado para tratar a homossexualidade.

No século XX, o Relatório Kinsey foi um estudo marcante e rigoroso que tentou analisar a homossexualidade de forma objetiva e sem preconceitos, mantendo uma abordagem imparcial. A pesquisa agrupou diferentes níveis de homossexualidade no que chamou de "comportamento masculino". No entanto, o método utilizado foi amplamente criticado por focar principalmente na atividade sexual, e não no desejo sexual, para rotular os indivíduos como gays, lésbicas ou bissexuais (Kinsey; Pomeroy; Martin, 1948).

Sabe-se que a diminuição da criminalização da atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo começou com a reforma do código penal francês em 1791, quando o país retirou o crime de sodomia de seu novo ordenamento jurídico. Eventualmente, muitos países seguiram o modelo jurídico francês desenvolvido durante a Revolução e aboliram as relações entre pessoas do mesmo sexo (Rydström; Mustola, 2007).

No entanto, a descriminalização da sodomia na França não impediu que os franceses fossem penalizados ao serem surpreendidos pela polícia em atos homoeróticos em espaços públicos, sendo então acusados de atentado contra a decência pública. O mesmo ocorreu em outros países, inclusive no Brasil, onde atitudes homoeróticas simples, como andar de mãos dadas, trocar gestos ou carícias em público (tal como fazem os casais heterossexuais) ou simplesmente se agrupar em espaços públicos, foram alvo de criminalização indireta, sob a ótica da moralidade e da decência (Clemente, 2018). Como resultado dessa popularidade, as manifestações homoeróticas públicas são frequentemente consideradas por muitos como abjetas ou desproporcionalmente inadequadas, sendo assim rechaçadas e fortemente rejeitadas, tornando-se alvo de ataques públicos.

Figura 3 - Constituição Francesa de 1791



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_Francesa_de_1791#/media/](https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_Francesa_de_1791#/media/Ficheiro:Constitution_de_1791._Page_1_-_Archives_Nationales_-_AE-I-10-1.jpg)

Ficheiro:Constitution_de_1791._Page_1_-_Archives_Nationales_-_AE-I-10-1.jpg

A Constituição Francesa teve uma influência significativa na luta contra a homofobia, pois foi a partir de sua promulgação que a homossexualidade deixou de ser considerada crime no país, influenciando os demais países.

Em 1974, a Associação Americana de Psiquiatria declarou que a homossexualidade não era uma doença mental (APA, 1974). Em 1993, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1993) fez o mesmo e retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID-10/1993). No Brasil, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia declarou que a homossexualidade não se trata de uma doença mental ou crime (Decisão 01/1999), seguindo o Conselho Federal de Medicina, que havia tomado a mesma decisão em 1985 (Aragusuku; Oliveira, 2015).

Pode-se concluir que, no início do século XX, com a difusão de medidas de proteção dos direitos humanos, houve uma maior tolerância em relação à diversidade, especialmente no mundo ocidental. Assim, no final do século XX, a medicina mundial já não considerava a homossexualidade uma patologia (Halperin, 1990).

É sempre desafiador para os pesquisadores questionar a trajetória histórica da

homossexualidade e analisar como os homossexuais se enquadram na história. Atualmente, sabe-se que há relatos de práticas homoafetivas em praticamente todas as sociedades, de forma quase atemporal. A homossexualidade é tão antiga quanto a própria humanidade (Vechiatti, 2008).

Os anos 1960 nos Estados Unidos foram marcados pela explosão e expansão da vida pública, o que levou ao questionamento e definição de problemas políticos que o Estado deveria enfrentar (Farber, 1994). O mundo atual, que antes buscava se definir a partir de uma única perspectiva, transformou-se em um caleidoscópio múltiplo de encontros entre culturas, contraculturas, gêneros, estilos de vida, etnias, sexualidades e outros elementos (Groppo, 2000).

O movimento Stonewall, ocorrido em junho de 1969 nos Estados Unidos, é considerado um ponto de viragem para a comunidade LGBTQIAPN+, especialmente pela resistência e luta pelos direitos dessas pessoas.

Figura 4 - Fachada do bar Stonewall Inn em 1969



Fonte: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/06/revolta-de-stonewall-tudo-sobre-o-levante-que-deu-inicio-ao-movimento-lgbt.html>

Local onde a comunidade LGBTQIAPN+ da época se reunia para um momento de lazer e descontração.

A marginalização da população LGBT+ criou a necessidade de encontrar formas de garantir seus direitos, incluindo oportunidades que, em condições de severa opressão, também se tornaram formas de resistência. Em Greenwich Village, em 1967, foi criado o Stonewall Inn, gerido por Fat Tony, filho de um chefe da máfia, que se tornou um importante ponto de encontro para a comunidade homossexual (Carter, 2005, p. 98).

No dia 28 de junho de 1969, a polícia tentou fechar o bar alegando que ele não possuía

permissão para comercializar bebidas alcoólicas, o que era considerado um crime pelas Leis Alcoólicas Estaduais. No entanto, Bausum (2015) afirma que a motivação real era outra: não tendo como provar que o bar estava envolvido em um esquema de chantagem do crime organizado, a polícia usou as Leis Alcoólicas Estaduais como justificativa para a ação. Esse evento gerou grandes tensões. Ao liberarem gradualmente os presentes, eles se reuniram em frente ao Stonewall Inn, sendo apoiados por aqueles que estavam nas ruas e simpatizavam com a revolta que começava a tomar conta da comunidade.

O ódio à polícia já era um sentimento cultivado pela população LGBT. Dessa forma, a primeira manifestação daquela noite atraiu ainda mais pessoas. Na noite seguinte, a multidão voltou ao local e, sob as bandeiras de "*Gay Power*" (Poder Gay) e "*Equality for Homosexuals*" (Igualdade para Homossexuais), iniciou uma manifestação com cerca de 2 mil pessoas e 300 policiais. Os protestos duraram toda a semana, tornando-se mais intensos no dia 2 de julho com a chegada de grupos políticos de esquerda, que apoiavam a "libertação" da população LGBT e fortaleciam a causa. Os últimos protestos foram mais violentos, com confrontos físicos e destruição de propriedades.

Figura 5 - Policiais cercando os arredores do bar na fatídica noite de 1969



Fonte: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/o-que-foi-a-rebeliao-de-stonewall-que-mudou-para-sempre-a-luta-lgbtqi>

Registro do momento que antecede o primeiro ato de resistência da comunidade LGBTQIAPN+, diante das constantes tentativas de fechamento do local.

Figura 6 - “Stonewall significa revidar! Esmaguem a opressão aos gays!”



Fonte: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/o-que-foi-a-rebeliao-de-stonewall-que-mudou-para-sempre-a-luta-lgbtqi>

Registro de membros da comunidade LGBTQIAPN+ lutando pelo direito à liberdade e contra a opressão policial

O movimento gay da década de 1980, alinhado aos movimentos étnicos e feministas, buscava alterar a ideia de que os homossexuais eram indivíduos exóticos e estranhos, em oposição ao heterossexual considerado normal e respeitável. A estratégia utilizada foi "resgatar uma subjetividade gay ou lésbica que foi historicamente negada" (Gamson, 2006, p. 349).

No Brasil, com a propagação do HIV/AIDS na década de 1980, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) estabeleceu relações com o governo para garantir uma melhor assistência à população homossexual que sofria da doença. Segundo Pelúcio (2007), no início do surto de AIDS, dois em cada cinco infectados mantinham relações sexuais frequentes com outros homens, o que levou à denominação inicial de Imunodeficiência Gay Relacionada (GRI).

Mesmo após a designação da doença como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a associação direta entre a homossexualidade e a doença permaneceu no imaginário social. Assim, a abordagem científica sobre os riscos do sexo anal foi incorporada ao discurso de higienização da sexualidade. Conforme Miskolci (2011, p. 49), a epidemia de AIDS "repatologizou a homossexualidade em seus novos significados, o que resultou em uma politização controlada de certas identidades consideradas perigosas para a saúde pública".

Figura 7 - Jornal Luta Democrática, Rio de Janeiro setembro 1983



Fonte: <https://blog.explicae.com.br/enem/historia-do-movimento-lgbtqia>

Reportagem da década de 80, com o título e texto usando termos pejorativos e ofensivos, associando o surgimento da epidemia da AIDS aos homens gays, sem nenhum estudo ou comprovação científica.

Figura 8 - Jornal da década de 80, exibido no documentário a história do HIV e da AIDS no Brasil



Fonte: <https://oglobo.globo.com/saude/documentario-conta-historia-do-hiv-da-aids-no-brasil-23264448>

A reportagem usa do cunho religioso, para atacar de maneira preconceituosa os homens gays, contradizendo os ensinamentos pregados pelo cristianismo.

No início da epidemia de AIDS, houve uma série de iniciativas voltadas para os afetados pelo vírus e possíveis vítimas, incluindo a população gay. Essas ações contribuíram para o fortalecimento do movimento homossexual no Brasil. Muitas associações e grupos gays foram

criados nesse período, com financiamento de programas governamentais e apoio de organizações internacionais que combatiam a AIDS (Simões; Facchini, 2009). De fato, a luta contra a epidemia permitiu que a homossexualidade fosse amplamente discutida em diferentes esferas da sociedade.

O "êxito" no combate à AIDS e o crescimento do movimento LGBT possibilitaram que o movimento se aproximasse de diferentes níveis de governo no país. Uma das questões levantadas foi o acesso da comunidade LGBTQIAPN+ aos cuidados de saúde, uma vez que seus membros eram, muitas vezes, reconhecidos pelo governo como pessoas "sujas" que precisavam purificar sua sexualidade de acordo com os padrões heteronormativos. Essas discussões políticas geraram novas propostas e criaram leis em nível federal, estadual e municipal, abrangendo não apenas saúde e combate à AIDS, mas também áreas como educação, cultura, trabalho e direitos humanos (Miskolci, 2011).

Desde os esforços para combater a epidemia de AIDS na década de 1980, o setor da saúde tem sido um foco importante das políticas públicas para a população LGBT. Nos últimos anos, diversas iniciativas trouxeram progressos significativos para esse grupo, embora ainda haja desafios e resistências. O âmbito das políticas públicas dirigidas à comunidade LGBTQIAPN+ tenha se expandido, é evidente que o controle da homossexualidade ainda é central, especialmente nas políticas de saúde pública focadas na prevenção do HIV e das doenças sexualmente transmissíveis (Mello; Brito; Maroja, 2012).

Embora a categoria epidemiológica de "grupo de risco" tenha sido substituída por "comportamentos de alto risco", o binômio DST/AIDS continua servindo como ferramenta para gerenciar e estudar a saúde física e sexual da população LGBTQIAPN+, levando à gestão de questões sociais, sexuais e afetivas (Pelúcio, 2007). Segundo Pelúcio (2007), o fenômeno de enxergar politicamente e socialmente os LGBTs através da AIDS é denominado *AIDSdamização*, representando uma cidadania alcançada pela repatologização da sexualidade não heterossexual.

É perceptível que, embora essas medidas sejam importantes para garantir os direitos da população LGBT, elas podem contribuir para a naturalização de uma identidade gay baseada na anatomia invariável e no determinismo biológico. Ao contrário do que Preciado (2011) argumenta, políticas identitárias para minorias sexuais podem ser uma forma predominante de biopolítica na sociedade capitalista atual, na qual o sexo é um fator determinante de poder, tornando os discursos sobre sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais instrumentos de controle da vida. Em oposição a essa forma de dominação, defende-se que a política sexual deixe de ser um lugar de controle dos corpos e se transforme em um espaço de criação, "onde se sucedem e se justapõem manifestos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais (...) onde minorias sexuais se tornam

multidões” (Preciado, 2011, p. 14).

3.3 Construção de Identidade

Segundo os estudos de Ciampa (2001), a identidade não é algo que se possui, mas sim algo que se faz e refaz constantemente. Esse processo é chamado de metamorfose, uma analogia biológica que descreve as transformações pelas quais os seres humanos passam em diferentes fases de suas vidas. A identidade humana é construída em um processo dialético de interação constante entre a sociedade e o indivíduo. As expectativas e normas sociais, assim como as resistências e acordos que o sujeito estabelece com essas imposições externas, formam as identidades individuais. Essa dialética revela a complexidade da identidade, que deve ser vista como um processo de construção, e não como uma essência fixa e imutável.

A tendência predominante é analisar a identidade como um traço estático do sujeito, onde o indivíduo parece isolado e sua identidade é percebida como imutável. Geralmente, essa representação é feita pelo nome próprio (Ciampa, 2001). Jacques (1998, p. 165) afirma que "o nome próprio é uma representação da identidade precocemente adquirida a partir da forma como os outros nos chamam e, portanto, pelo seu caráter restritivo, não abrange toda a complexidade da identidade."

Ciampa (1987) formula a teoria da metamorfose, que enfatiza o papel da narrativa no desenvolvimento da identidade. Em sua tese intitulada “A estória do Severino e a história da Severina”, ele ressalta que as histórias que contamos sobre nós mesmos e as experiências pessoais são a base de como as pessoas constroem suas identidades. Embora essas narrativas não surjam de forma espontânea, elas são influenciadas pelas histórias e discursos que circulam na sociedade. Assim, a identidade é uma construção narrativa em constante mudança e adaptação.

A narrativa pode ser pensada como uma espécie de sutura feita de fragmentos de nossas vidas; ela representa nossa metamorfose e fornece um senso de identidade. Somos capazes de construir, reconstruir e reinventar o passado e o futuro por meio das narrativas. Em outras palavras, a narrativa é a manifestação da intenção de descrever a existência e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Ela não é uma sequência lógica e uniforme de eventos, mas sim uma constelação em que os acontecimentos mais importantes ganham destaque. Esses acontecimentos podem confirmar ou redefinir trajetórias (Lima, 2010; 2014; Lima; Ciampa, 2012).

Lima (2014), em seus estudos, destaca que estudar a identidade é estudar os processos

de individuação-socialização e alienação-emancipação, com o objetivo de compreender a sociedade e o contexto político em que a pessoa está inserida. O estudo da identidade também investiga como os modos pelos quais as pessoas reconhecem suas identidades são influenciados pelas (bio)políticas que as moldam, buscando narrativas que expressem resistência ou emancipação.

Partindo do princípio da metamorfose, os estudos queer de Butler (2018) consideram que as noções de gênero são desenvolvidas a partir de aprendizados socioculturais, demonstrando que as definições de masculinidade(s) e feminilidade(s) são construtos ideológicos e políticos, ou seja, não são essenciais ou inerentes à natureza humana. Nesse sentido, as masculinidades são entendidas como construções históricas e sociais, relacionadas às diferentes posições do masculino e seu papel na sociedade (Cecchetto, 2004). Isso significa que existe uma perspectiva cultural sobre as interações de gênero e sexualidade. Em outras palavras, as convenções sociais estabelecem os significados do que deve ser considerado masculino e feminino, moldando a forma como a sociedade entende o que é ser homem e mulher.

Eckert e McConnell-Ginet (2003) argumentam que essas construções começam desde os primeiros momentos de vida de uma pessoa. As cores e brinquedos oferecidos por familiares já funcionam como impulsos determinantes e reguladores do gênero. Além disso, trata-se de um processo de atribuição de sentido subjetivo a elementos objetivos, como aponta Bourdieu (2018).

Oliveira (2004) afirma que a ideia de masculinidade é construída por meio de um elaborado processo sócio-histórico de formulação e reforço das características "essenciais" do "homem padrão". Isso tem um impacto significativo nas questões de homofobia enfrentadas por homens gays. Segundo Kimmel (2008), a homofobia está intimamente ligada ao medo de que os homens não se conformem aos papéis de gênero estabelecidos.

A masculinidade hegemônica, como formulada por Connell (2016), exige que os homens se distanciem de qualquer traço considerado "feminino" ou "não-masculino", o que inclui a negação da homossexualidade. Essa pressão social para aderir a um modelo ideal de masculinidade muitas vezes resulta em comportamentos violentos ou discriminatórios em relação aos homens que não se encaixam nesse padrão.

De acordo com Pascoe (2007), a homofobia não apenas reforça normas de gênero, mas também atua como um mecanismo de controle social, em que qualquer desvio de comportamento é punido socialmente por meio de discriminação e violência. Dessa forma, homens gays enfrentam maiores níveis de preconceito e violência devido à sua suposta transgressão dessas normas, como evidenciado pelos estudos de Pereira et al. (2013), que indicam que atitudes homofóbicas são mais comuns em sociedades onde a masculinidade

hegemônica é fortemente valorizada.

Esse fenômeno reflete uma tentativa de preservar as construções de gênero binárias, nas quais o masculino é associado ao poder, à força e à heterossexualidade, e qualquer desvio é considerado uma ameaça a essa estrutura social rígida. Assim, a homofobia torna-se uma ferramenta de reforço e perpetuação desse sistema binário de gênero, impedindo uma expressão mais fluida e inclusiva de masculinidades e identidades de gênero.

Em síntese, a identidade, de acordo com Ciampa (2001), deve ser entendida como um processo contínuo de metamorfose, em que o sujeito se constrói e reconstrói à medida em que interage com o mundo ao seu redor. Essa visão dialética desafia a compreensão estática e essencialista da identidade, abrindo espaço para múltiplas narrativas que abarcam as complexidades do ser humano. Essa fluidez também é evidente nas discussões sobre gênero, em que normas sociais e culturais moldam as definições de masculinidade e feminilidade. Tais normas, como explorado por Kimmel (2008) e Connell (2016), contribuem para a homofobia, que atua como um instrumento de controle social, reforçando o binarismo de gênero e limitando expressões diversas de identidade.

No entanto, a teoria da metamorfose sugere que, em momentos de crise, surgem oportunidades para a reinvenção, permitindo que os indivíduos se libertem dessas imposições rígidas e construam novas narrativas que acolham a diversidade e as transformações pessoais. Assim, a identidade, longe de ser fixa, é um reflexo da capacidade humana de se adaptar e se transformar diante das circunstâncias e desafios impostos pela sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre masculinidades e suas influências na construção da identidade de homens cisgênero gays revela como as normas sociais de gênero exercem um controle significativo sobre comportamentos e expectativas, muitas vezes reforçando padrões opressivos. A masculinidade hegemônica, amplamente aceita como modelo ideal, não apenas limita as expressões de masculinidade, mas também contribui para a marginalização de identidades que se desviam desse padrão, como os homens cisgênero gays. Esse contexto gera desafios psicológicos, como conflitos de autoaceitação, ansiedade e depressão, questões que estão diretamente relacionadas à internalização de normas sociais rígidas e à pressão para corresponder a um modelo único de masculinidade.

A formação de identidades masculinas está diretamente relacionada às regras sociais e culturais que determinam o que significa "ser homem" em diferentes contextos. Segundo Connell (2016), a ideia de masculinidade dominante representa o modelo de masculinidade

mais aceito, que prioriza características como heterossexualidade, força, autoridade e controle emocional.

O conceito de masculinidade tradicional é frequentemente inflexível e punitivo em situações de desvio do comportamento esperado. Homens que expressam emoções, mostram vulnerabilidade ou não se conformam com a imagem dominante podem ser rejeitados e atacados. Isso cria um ambiente onde a diversidade não é apenas desencorajada, mas muitas vezes suprimida pelo ódio e pela violência. Portanto, a homofobia não é apenas uma discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+, mas uma expressão direta de medo e insegurança em torno das normas de gênero pré-estabelecidas socialmente para o papel de masculinidade.

Do ponto de vista psicológico, os homens cisgênero gays frequentemente enfrentam uma dicotomia interna entre a necessidade de se afirmar como homens dentro de uma sociedade que privilegia a masculinidade heteronormativa e a simultânea exigência de se encaixar em um padrão de comportamento sexual e afetivo que também é desconstruído por essas normas. A pressão para atender tanto às expectativas heterossexuais quanto às normas de gênero mais tradicionais pode resultar em um processo de identidade fragmentada, no qual o indivíduo sente que não pode ser "suficientemente homem" ou "suficientemente gay", o que contribui para altos níveis de estresse psicológico. Esse processo de constante negociação de identidade pode levar à redução da autoestima, aumento de sintomas ansiosos e depressivos, e até mesmo ao desenvolvimento de transtornos psicológicos relacionados à autoimagem e à busca por aceitação.

Um dos principais métodos de manutenção da hegemonia masculina é a homofobia. Kimmel (2008) argumenta que a homofobia não é simplesmente ódio e preconceito contra homens gays, mas atua como um meio de controle social. Ao ridicularizar ou marginalizar aqueles que são considerados "não masculinos o suficiente", a homofobia reforça a ideia de que ser homem está ligado à rejeição da feminilidade e da homossexualidade. Além do preconceito contra homossexuais, a homofobia também reforça as normas de gênero, punindo qualquer tipo de masculinidade que desafie os padrões estabelecidos.

Com base no estudo realizado, é possível sugerir medidas para enfrentar essas questões e melhorar o bem-estar dessa comunidade. Em termos de saúde mental, políticas públicas que promovam o acesso a serviços psicológicos especializados são essenciais. Esses serviços devem ser sensíveis às questões de gênero e sexualidade, oferecendo suporte adequado para que homens cisgênero gays possam lidar com as pressões impostas pelas normas de masculinidade. A escuta empática e o acolhimento terapêutico são fundamentais, pois, muitas vezes, a psicologia tradicional falha em reconhecer a complexidade das questões de gênero e orientação sexual, o que pode levar a um processo de patologização das identidades dissidentes.

Além disso, programas de educação em escolas e espaços comunitários podem

contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero, promovendo uma cultura de aceitação e diversidade. Esses programas, ao trabalharem a inteligência emocional e a empatia, podem auxiliar na redução do estigma social em relação às diversas formas de ser homem e podem também funcionar como uma forma de prevenção primária à saúde mental, ao fortalecer a autoestima e a confiança do indivíduo em sua própria identidade.

Outra medida importante é a ampliação das campanhas de conscientização sobre masculinidade tóxica e homofobia, tanto em nível comunitário quanto institucional. Esse tipo de intervenção deve enfatizar os efeitos psicológicos da exclusão e da violência simbólica que homens cisgênero gays sofrem ao serem forçados a se adaptar a padrões de masculinidade rígidos e excludentes. Além disso, o incentivo a diálogos abertos sobre as diversas formas de ser homem, destacando a importância da empatia, vulnerabilidade e respeito à individualidade, pode ajudar a reduzir o sofrimento psíquico relacionado à experiência de marginalização.

Campanhas antidiscriminatórias devem ser fortalecidas para combater a violência homofóbica, criando ambientes seguros onde os homens cisgênero gays possam expressar livremente suas identidades. A violência psicológica e o isolamento social derivados de agressões homofóbicas, por exemplo, podem ter impactos profundos na saúde mental, gerando sentimentos de vergonha, medo e insegurança. Nesse sentido, garantir a proteção dos direitos dessas pessoas é fundamental para que possam se desenvolver de forma plena e saudável.

Por fim, é importante que as políticas públicas sejam articuladas de forma interseccional, considerando não apenas a orientação sexual, mas também outros marcadores sociais de desigualdade, como classe, raça e idade. O apoio psicológico deve ser contextualizado, levando em conta as diversas realidades que atravessam a experiência de homens cisgênero gays e sua vivência de gênero. A interseccionalidade permite uma abordagem mais abrangente, que reconhece as múltiplas camadas de opressão que esses indivíduos podem enfrentar, desde a discriminação racial até a violência de gênero. Ao adotar uma abordagem mais inclusiva, será possível criar uma sociedade que valorize a pluralidade das masculinidades e, consequentemente, promova a saúde mental e o bem-estar de todos os homens, independentemente de sua orientação sexual.

REFERÊNCIAS

APA. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-II)**. Washington, DC: American Psychiatric Association, 1974.

ARAGUSUKU, H. A.; OLIVEIRA L. H. A psicologia brasileira e as políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 131-154, 2015.

BAUSUM, Ann. **Stonewall: Breaking Out in the Fight for Gay Rights**. New York: Penguin Group, 2015.

BILESKI, R. Homossexualidade em Pauta: Um breve panorama historiográfico. **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, v. 4, n. 1, p. 18-31, 2018.

BOSWELL, J. **Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality: Gay People in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRYAN, W. **A origem da homofobia**. YouTube, 07 out. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kDWxiud7FEA>. Acesso em: 10 out. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Editora José Olympio, 2018.

CARTER, D. **Stonewall: The Riots That Sparked the Gay Revolution**. New York: St. Martin's Press, 2005.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. São Paulo: FGV Editora, 2004.

CLEMENTE, A. **Pegação: reflexões sobre o homoerotismo nas cidades**. 2018. 197 f. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21594/2/Anselmo%20Clemente.pdf>>. Acessado em 08 out. 2024.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIAMPA, A. C. **Identidade:** a Construção da Identidade e da Dignidade Humana. São Paulo: Cortez, 2001.

COLLINSON, D.; HEARN, J. Naming men as men: Implications for work, organization and management. **Gender, Work & Organization**, v. 1, n. 1, p. 2-22, 1994.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan.-abr. 2013.

CONNELL, R. W. et al. **Making the Difference:** Schools, Families and Social Division. Sydney: Allen and Unwin, 1982.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais.** São Paulo: Nversos, 2016.

DOVER, K. J. **Greek Homosexuality.** Cambridge: Harvard University Press, 1989.

ECKERT, P.; McCONNELL-GINET, S. **Language and Gender.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

EXPLICAÊ. **História do Movimento LGBTQPIA+.** Blog Explicaê, 2022. Disponível em: <https://blog.explicae.com.br/enem/historia-do-movimento-lgbtqpia>. Acesso em: 10 out. 2024.

FARBER, David. **The Sixties:** From Memory to History. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1994.

FERNANDES, N. Revolta de Stonewall: tudo sobre o levante que deu início ao movimento LGBT+.
Revista Galileu, 2021. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/06/revolta-de-stonewall-tudo-sobre-o-levante-que-deu-inicio-ao-movimento-lgbt.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade:** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GAMSON, J. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006. p. 345-362.

GROPPO, L. A. **Uma onda mundial de revoltas:** movimentos estudantis nos anos 1960. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280786>. Acesso em: 28 jan. 2019.

HALPERIN, D. M. **One Hundred Years of Homosexuality: And Other Essays on Greek Love**. New York: Routledge, 1990.

HINSCH, B. **Passions of the Cut Sleeve: The Male Homosexual Tradition in China**. Berkeley: University of California Press, 1990.

JACQUES, M. G. Identidade. In: STREY, M.; JACQUES, M. G.; BERNARDES, N. M. G. **Psicologia social contemporânea: livro texto**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 159-167.

JOHNSON, R. K. Ancient Egyptian Same-Sex Couples: Khnumhotep and Niankhkhnum. **Journal of Egyptian History**, v. 1, n. 2, p. 157-176, 2005.

KESSLER, S. J. et al. **Ockers and Disco-maniacs**. Sydney: Inner City Education Center, 1982.

KIMMEL, M. Masculinidade e homofobia: Medo, vergonha e silêncio na construção da identidade masculina. In: BROD, H.; KAUFMAN, M. **Theorizing Masculinities**. London: SAGE Publications, 2008. p. 119-141.

KINSEY, A. C.; POMEROY, W. B.; MARTIN, C. E. **Sexual Behavior in the Human Male**. Philadelphia: W.B. Saunders, 1948.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica: paralaxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 11-29.

LIMA, A. F. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2010.

LIMA, A. F. História oral e narrativas de história de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. In: LIMA, A. F.; LARA, N. (Orgs.). **Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 13-34.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, p. 403-429, 2012.

MISKOLCI, R. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUSA, L.; SABATINE, T.; MAGALHÃES, B. (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 47-68.

NETO NELSON, P. A resistência deve ser comemorada. **Esquerda Diário**, 2020. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br>. Acesso em: 10 out. 2024.

O GLOBO. **Documentário conta a história do HIV e da Aids no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/documentario-counta-historia-do-hiv-da-aids-no-brasil-23264448>. Acesso em: 10 out. 2024.

OLIVEIRA, F. A. **Historicização e institucionalização das masculinidades no Brasil**. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/61617580/Oliveira_FabioAraujo_D20191227-79712-1lgk568.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

OLIVEIRA, A. O que foi a Rebelião de Stonewall, que mudou para sempre a luta LGBTQI+. **Capricho**, 2020. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/o-que-foi-a-rebeliao-de-stonewall-que-mudou-para-sempre-a-luta-lgbtqi/>. Acesso em: 10 out. 2024.

OPPENHEIM, A. L. **Ancient Mesopotamia: Portrait of a Dead Civilization**. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças (CID-10)**. Genebra: OMS, 1993.

PASCOE, C. J. **Dude, You're a Fag: Masculinity and Sexuality in High School**. Berkeley: University of California Press, 2007.

PELÚCIO, L. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/trabalhos-de-conclusao-e-monografia/nos-nervos-na-carne-na-pele-uma-etnografia-sobre-prostituicao>. Acesso em: 09 out. 2024.

PEREIRA, C. R.; TORRES, A. R. R.; PEREIRA, R. N.; FALCÃO, C. S. Homofobia e masculinidade: A importância da conformidade aos papéis de gênero na explicação da homofobia internalizada e dirigida ao outro. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 389-399, 2013.

PETERSEN, A. Research on men and masculinities: Some implications of recent theory for future work. **Men and masculinities**, v. 6, n. 1, p. 54-69, 2003.

PRECIADO, B. Multidões queer: Notas para uma política dos 'anormais'. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

RYDSTRÖM, J.; MUSTOLA, K. **Criminally queer:** homosexuality and criminal law in Scandinavia 1842-1999. New York: Aksant Academic Publishers, 2007.

SARTRE, J. P. **L'Existentialisme est un humanisme.** Paris: Les Éditions Nagel, 1970.

SILVA, J. **Masculinidades em debate:** novos olhares sobre o ser homem. São Paulo: Moderna, 2023.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Editora Objetiva, 2018.

VECCHIATTI, P. R. I. **Manual da homoafetividade:** da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos. São Paulo: Editora Método, 2008.

WIKIMEDIA COMMONS. **Khnumhotep and Niankhkhnum:** o primeiro casal homossexual da história. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/khnumhotep-and-niankhkhnum-o-primeiro-casal-homossexual-da-historia.phtml>. Acesso em: 10 out. 2024.

WIKIPÉDIA. **Constituição Francesa de 1791.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_Francesa_de_1791#/media/Ficheiro:Constitution_de_1791_Page_1_-_Archives_Nationales_-_AE-I-10-1.jpg. Acesso em: 10 out. 2024.